



CENÁRIO POLÍTICO

Márcio Reinheimer
marcio@jornalibia.com.br
(51) 981695392

Remédio ou veneno



Todos os remédios que estão à nossa disposição hoje são fruto de muitos anos de pesquisas e experiências. Alguns tratamentos evoluíram e outros foram simplesmente abandonados porque os cientistas modernos concluíram que não dão resultados. Talvez o leitor não saiba, mas, na Idade Média, uma época marcada pelo obscurantismo religioso, as fezes dos animais e até de pessoas eram a base de misturas para combater alguns problemas de saúde. Literalmente, colocava-se esturco sobre a pele, na esperança de que ele curaria certas feridas. Além de crer nas suas propriedades medicinais, nossos antepassados acreditavam que a bosta afastava os maus espíritos – seria por causa do cheiro? – o que permitiria uma cicatrização mais rápida. Organismos mais fortes até reagiam e o moribundo saía da cama, mas a maioria acabava morrendo, ou pelo ferimento inicial, ou pelo agravamento de seu quadro provocado pela imundície. O tétano era a causa secundária mais comum desses óbitos – por motivos óbvios. Os séculos passaram, veio o Renascimento, a Era Contemporânea,

mas alguns desses usos – por vezes abusivos – persistem em tratar feridas com... excrementos.

Dilema - Em Montenegro, estamos diante desse dilema. A Administração Municipal está doente. A Operação Ibiacá abriu uma ferida que verte sangue desde junho. Semana passada, com o afastamento do prefeito Aldana do cargo, a úlcera se tornou ainda mais profunda e, apesar do combate aos agentes infecciosos feito pelo Ministério Público, a cura parece distante. Carlos Eduardo Müller é o médico encarregado de tratar esse paciente e precisa escolher quais remédios usará.

Abutres - Na farmácia da Política local, o estoque de esturco é bem maior que o de antibióticos. O prefeito Kadu vem sendo assediado por dirigentes partidários que se comportam como abutres em busca de um naco de carne. Até aqui, adota postura contida, optando por não assumir grandes compromissos. Mesmo assim, até mesmo vereadores andam visitando secretarias para fazer um reconhecimento de campo, na expectativa de, em breve, dar a sua bicada.

Capacidade - Lógico que o novo prefeito vai substituir os ocupantes de cargos-chave por pessoas de sua confiança. Mas a escolha, segundo o chefe de gabinete Edar Brges, deve recair, prioritariamente, sobre pessoas da coligação PSB-SD-PRB, vencedora da eleição. Depois, até pode haver oferta a outras legendas, mas os nomeados terão de ser pessoas preparadas. É o que se espera.

Dose - É natural que o novo governo esteja tentado a ceder às pressões de algumas legendas. Se puder contar com o apoio - e os quatro votos - do PTB e do PMDB na Câmara, somados aos três do PSB e do SD, a Administração terá maioria folgada. No entanto, por mais apropriado que esse tratamento possa parecer, a sua adoção também significa que Kadu será eternamente refém de interesses partidários. E todos já sabem que esturco não cura nada.

Chance de cura - De um lado, a opção clássica é dividir os cargos entre os vários partidos que possuem representação na Câmara para garantir a governabilidade. É o esturco do momento. De outro, resgatar o plano de governo da coligação que venceu as eleições do ano passado e formar um corpo técnico, buscando pessoas capacitadas para os postos-chave dentro e fora do funcionalismo. Esse medicamento é amargo, causa dores inicialmente, mas a chance de recuperação do paciente é muito maior.

Educação - A área em que ocorrerão as mudanças mais profundas deve ser a da Educação. A secretária Silvana Schallenberger, a responsável pela central de vagas, Tânia Iró da Motta, e a assessora Simone Becker foram exoneradas. Rita Carneiro Fleck responderá pela pasta interinamente. E antes que alguém pergunte, Renato Kranz não é alternativa para o cargo.

Afastamentos - O novo governo também anunciou o desligamento de duas assessoras nomeadas por influência de um dos empreiteiros investigados na Operação Ibiacá. O prefeito Carlos Eduardo Müller faz o que Aldana deveria ter feito no dia 7 de junho.

Rapidinhas

* Professor aposentado e ex-dirigente do PSB, José Breno da Cruz foi convidado pelo prefeito Carlos Eduardo Müller a retornar ao governo. A confiança é tanta que terá a chance de escolher o cargo.

* Alguns vereadores fizeram um pedido insólito ao novo prefeito: que demita o vereador Valdeci de Castro da Secretaria de Desenvolvimento Rural. Assim, ele retornaria à Câmara e Márcio Müller perderia a vaga. Nas poucas semanas em que está no Legislativo, o suplente pisou vários calos dos colegas.

* A situação de abandono em que se encontra o Palácio Rio Branco, com rachaduras, infiltrações e até vidros quebrados, diz muito sobre seus últimos inquilinos. Como esperar que alguém que não cuida da própria casa em que "mora" fará algo para tornar a cidade mais bonita e atraente aos visitantes?

* Que a Prefeitura não pode arrumar casas para pessoas que invadem áreas privadas e espaços públicos, não é difícil de entender. Mas negar assistência social a famílias com crianças num momento de chuvas e de frio beira a desumanidade. Para quê, então, manter uma secretaria municipal?

* O provável fim da novela criada em torno da instalação do mamógrafo e do raio X da Prefeitura no Hospital Montenegro é uma excelente notícia. O fim do impasse é uma herança do ex-secretário da Saúde, Luiz Carlos de Azeredo, que teve grande apoio do vereador Cristiano Braatz (PMDB).

Mais impeachment

A subseção local da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) decidiu, esta semana, que vai apresentar novo requerimento de Impeachment do prefeito Aldana à Câmara de Vereadores. A base são informações do Ministério Público apontando para a ocorrência de fraudes em licitações do transporte escolar. Este, inclusive, é um dos quatro pontos do processo que já tramita no Legislativo, cujos autores são o ex-vereador Renato Antônio Kranz e a advogada Eliane da Rosa.

Ao mesmo tempo - Em tese, os dois processos podem correr ao mesmo tempo, mas isso talvez não seja tão produtivo e, entre os vereadores, não é unanimidade. Alguns deles acreditam que o melhor seria concluir a investigação em andamento e, caso o prefeito seja absolvido, iniciar outra. Inclusive, há dúvidas se a estrutura administrativa da Câmara daria conta de mais esta tarefa agora.

Perigo - A legislação determina que, se a OAB apresentar o requerimento no começo da próxima semana, ele será levado à votação já na quinta, dia 24. Os vereadores terão de aprovar sua admissibilidade por maioria absoluta, ou seja, sete votos dos dez componentes. Até lá, porém, o outro processo não terá sido concluído, o que acaba colocando em risco a iniciativa da Ordem. Às vezes, a pressa é inimiga da perfeição.

Falta pouco - O prazo para a conclusão do processo de cassação já em andamento encerra dia 17 de setembro, mas como as últimas testemunhas serão ouvidas na segunda-feira, é provável que o relatório seja votado nos primeiros dias do mês.

Presunção de inocência

A legislação brasileira está amparada no princípio de que todos são inocentes, até que se prove o contrário. É nesta tese que a defesa do prefeito Aldana ancorou seu trabalho. Através de testemunhas, quer deixar claro que o chefe do Executivo não participou ativamente de nenhuma irregularidade e que, se elas ocorreram, não tinha conhecimento. Neste sentido, as declarações de Silvana Schallenberger e Ricardo Endres à comissão processante foram importantes.

Expectativa - O depoimento mais aguardado, porém, é o do empresário José Valmir D'Ávila, marcado para a tarde de sexta, na Câmara. Como ele estava preso no dia dos acordamentos, a expectativa é de que compareça sob a guarda de agentes da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe). A menos que consiga um habeas corpus.

Distância - Por sinal, a defesa alega que está sendo prejudicada no processo de Impeachment porque a decisão judicial que afastou Aldana do cargo também o proíbe de manter contato com os outros investigados. Valmir é um deles e, apesar de ter sido arrolado pelo prefeito, os dois não poderão ficar juntos no mesmo ambiente durante o depoimento à comissão.

